



GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>247609</u>
Classificação
<u>01/02/08</u> / <u>1</u> / <u>1</u>
Data
<u>13/02/08</u>

REQUERIMENTO
Nº 246/X (3ª) - AC

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

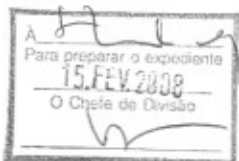
MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
14, FEV, 2008
Fernando Sá Pereira
* or determinação do Sr. Presidente
do Presidente da P. R. ã DAPLEN
08.02.13
[Signature]

ASSUNTO: Situação dos trabalhadores com contrato a termo certo a exercer funções nas Missões Diplomáticas portuguesas

No preciso momento em que o Governo está a iniciar a concretização do projecto de Reforma Consular e quando acaba de apresentar o segundo pacote de medidas no âmbito do PRACE, no Ministério dos Negócios Estrangeiros os recursos humanos das nossas Missões Diplomáticas conhecem uma situação de precariedade que não é de todo compatível com a importância que é devida à política externa do nosso país.

De facto, os cerca de 370 trabalhadores, que até 31 de Dezembro de 2007, desempenhavam funções como contratados a termo certo em Embaixadas e Consulados, todos eles com funções essenciais, ainda não terão visto os seus contratos renovados, o que leva que estejam a desempenhar as suas funções sem qualquer certeza quanto ao seu futuro. Ora, esta situação tem, como é óbvio, consequências directas e imediatas no funcionamento dos serviços a que pertencem prejudicando o atendimento prestado aos utentes que recorrem a eles.

Estes trabalhadores estão pois a exercer funções não tendo qualquer contrato assinado, não auferindo salário e não tendo protecção social, o que se afigura como uma situação de todo incompreensível.



Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vimos requerer, através de V. Exa. ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que nos sejam dadas as seguintes informações:

1. É da intenção do Governo vir a renovar o contrato destes trabalhadores com contrato a termo certo que exercem funções nas nossas Missões Diplomáticas?
2. Quais as razões que justificam, que em Fevereiro de 2008, estes trabalhadores possam estar a exercer as suas funções nas condições atrás referidas?

Palácio de São Bento, 13 de Fevereiro de 2008

Os Deputados do PSD,



Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Pascoa Gonçalves